

CONHECIMENTOS GERAIS – QUESTÕES 01 A 10

Leia o texto 1 para responder às questões 01 a 10.

Texto 1

Superendividamento: A lei que protege quem não consegue pagar

Existe um padrão silencioso que se repete em milhares de lares brasileiros. O salário cai na conta no quinto dia útil. No sexto, já foi quase tudo. Parcelas de empréstimo, fatura do cartão, desconto automático do consignado. O que sobra mal cobre alimentação, remédio e conta de luz. Isso não é falta de disciplina financeira. Isso tem nome jurídico: superendividamento. A lei 14.181/21, que alterou o CDC, reconheceu que esse fenômeno não é um problema moral do devedor, mas uma falha estrutural do mercado de crédito. E criou instrumentos concretos para quem se encontra nessa situação. O problema é que a maioria das pessoas afetadas não sabe que pode acioná-los.

A lei protege o consumidor pessoa natural de boa-fé que não consegue pagar a totalidade de suas dívidas de consumo sem comprometer o chamado mínimo existencial, conforme definido pelo art. 54-A, parágrafo primeiro, do CDC. O perfil não se limita ao idoso com aposentadoria comprometida. O servidor público com o contracheque tomado por consignado em série, o trabalhador com contrato CLT que recorreu ao crédito pessoal para cobrir emergências e o autônomo que empilhou cartões durante um período de baixa renda estão todos dentro do escopo da lei. O elemento central não é o tipo de vínculo empregatício ou a fonte da renda. É a impossibilidade manifesta de pagar sem sacrificar o básico. Um ponto relevante: a lei exige boa-fé do devedor. Quem contraiu dívidas com o propósito deliberado de não honrar está fora do alcance da proteção. Para os demais, a porta está aberta.

O crédito consignado foi criado como produto seguro e de custo menor. Para o banco, é de fato. O desconto automático em folha ou no benefício do INSS elimina o risco de inadimplência. O problema é que essa mesma automaticidade cria um incentivo perverso: ofertas agressivas, renovações sucessivas e empilhamento de contratos sem qualquer análise real da capacidade de pagamento do tomador. O servidor público é alvo frequente. Mais de um empréstimo ativo ao mesmo tempo, cada um descontando sua fatia da remuneração bruta, é situação corriqueira. O aposentado recebe ligações semanais com novas propostas. O resultado prático, em ambos os casos, é idêntico: o dinheiro da renda vai embora antes de qualquer despesa com dignidade.

O instrumento central da lei 14.181/21 é a repactuação global de dívidas. Em vez de negociar com cada credor isoladamente, o devedor pode acionar um procedimento que reúne todos os credores de dívidas de consumo em uma única audiência de conciliação, com apresentação de plano de pagamento unificado com prazo máximo de cinco anos. A lei também prevê consequências para o credor que não comparecer à audiência de conciliação sem justificativa. O art. 104-A, parágrafo segundo, do CDC estabelece sanções específicas nessa hipótese, incluindo a sujeição compulsória ao plano de pagamento quando o valor da dívida for certo e conhecido. Ignorar a audiência tem custo para o credor.

Todo plano de pagamento elaborado dentro do rito da lei 14.181/21 deve preservar o mínimo existencial do devedor. Esse conceito, regulamentado pelo decreto 11.150/22 e atualizado pelo decreto 11.567/23, funciona como um piso intocável: nenhum acordo pode deixar o devedor sem recursos para cobrir alimentação, moradia, saúde e necessidades básicas da família. Há, porém, uma tensão relevante que o devedor precisa conhecer. O art. 4º do decreto 11.150/22 excluiu expressamente as dívidas de crédito consignado da aferição do mínimo existencial. Na prática, isso significa que, pela letra do decreto, o consignado não computaria no cálculo do comprometimento de renda para fins de enquadramento na lei. Os credores utilizam esse argumento com frequência. [...] A batalha entre o texto do decreto e a interpretação constitucional ainda está em aberto, o que torna ainda mais importante o enquadramento técnico correto desde o início do processo.

O primeiro passo é organizar as informações: renda mensal líquida, despesas básicas fixas e lista completa de dívidas com os respectivos credores e valores. Sem esse mapeamento, nenhum plano de pagamento pode ser estruturado de forma coerente perante os credores e o Judiciário. Com os dados em mãos, é possível buscar atendimento em Procons, Defensorias Públicas ou, em casos de maior complexidade, ajuizar diretamente a ação de repactuação de dívidas prevista no CDC. A iniciativa do procedimento é sempre do devedor, nunca do credor. Protelação aqui tem custo real: cada mês de atraso amplia o passivo e reduz o espaço de negociação.

O ponto mais negligenciado nesse processo é o enquadramento jurídico correto desde o início. Documentação incompleta, ausência de demonstração do comprometimento do mínimo existencial e uso do rito especial para finalidades diversas da repactuação são erros que resultam em extinção do processo sem análise do mérito, conforme jurisprudência consolidada em 2024 e 2025. A lei do superendividamento existe, os mecanismos estão disponíveis e a jurisprudência avança na direção da proteção efetiva do devedor de boa-fé. O que ainda falta, para muitos, é a clareza de que endividamento excessivo não é destino e tem solução jurídica concreta. Se o salário, a aposentadoria ou o contracheque já não cobrem o mês e as parcelas continuam crescendo, o momento de buscar orientação especializada não é amanhã. É agora.

Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/454094/superendividamento-a-lei-que-protege-quem-nao-consegue-pagar>. Acesso em 01 maio 2026 (Adaptado).

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
PROCESSO SELETIVO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA
EDITAL Nº 295/2026

Questão 01 (Peso 1)

No trecho extraído do texto 1: “Isso não é falta de disciplina financeira. Isso tem nome jurídico: superendividamento” (linhas 3-4), o autor _____.

A alternativa que preenche, corretamente, a lacuna do trecho acima é

- A) sugere que o superendividamento não possui respaldo legal.
- B) atribui o problema exclusivamente à falta de planejamento individual.
- C) defende que o problema é apenas financeiro, sem implicações legais.
- D) reconhece o superendividamento como uma condição com definição jurídica.
- E) demonstra que o superendividamento é tratado como um comportamento voluntário do consumidor.

Questão 02 (Peso 1)

Quanto aos sujeitos protegidos pela Lei 14.181/21 e aos requisitos para o acesso ao tratamento do superendividamento, de acordo com o texto 1, é correto afirmar que

- A) o trabalhador autônomo está excluído do escopo da lei por não possuir o "mínimo existencial" definido pelo CDC.
- B) qualquer pessoa natural pode acionar a lei, independentemente de as dívidas serem de consumo ou de má-fé.
- C) a legislação exige a boa-fé do devedor, deixando de fora aqueles que se endividaram com a intenção de não pagar.
- D) a lei é destinada exclusivamente a idosos e servidores públicos, devido à natureza alimentar de seus rendimentos.
- E) a natureza do vínculo empregatício é o fator primordial para definir quem pode ser beneficiado pela repactuação.

Questão 03 (Peso 1)

Ao discutir a preservação do "mínimo existencial", o autor do texto aponta uma contradição entre a proteção pretendida pela Lei 14.181/21 e a regulamentação estabelecida pelo Decreto 11.150/22. Depreende-se dessa análise que:

- A) a lei funciona perfeitamente para todos os tipos de dívida, e não há mais dúvidas sobre como ela deve ser aplicada.
- B) o crédito consignado é, de acordo com o decreto, a dívida mais importante para calcular se a pessoa tem o mínimo para sobreviver.
- C) as decisões da justiça em 2025 dizem que não é preciso provar nada com documentos, basta dizer que não tem dinheiro para pagar.
- D) a ideia de proteger o mínimo para sobreviver deixou de existir depois que os novos decretos proibiram a negociação de dívidas de consumo.
- E) o mínimo existencial serve como um limite para os bancos, garantindo que o pagamento da dívida não tire o dinheiro da comida e da saúde do devedor.

Questão 04 (Peso 1)

Analise a estrutura morfológica dos termos destacados no título do texto 1: "**Superendividamento**: A lei **que** protege **quem** não **consegue** pagar".

A alternativa que apresenta a classificação correta e completa de cada vocábulo destacado na sequência que estão no trecho acima é

- A) substantivo comum – pronome relativo – pronome demonstrativo – verbo regular, 3ª pessoa do singular do pretérito perfeito.
- B) substantivo concreto – conjunção integrante – pronome relativo – verbo intransitivo, 3ª pessoa do singular do presente do subjuntivo.
- C) substantivo próprio – conjunção subordinativa – pronome indefinido – verbo irregular, 3ª pessoa do singular do presente do indicativo.
- D) substantivo abstrato – pronome relativo – pronome relativo sem antecedente – verbo irregular, 3ª pessoa do singular do presente do indicativo.
- E) substantivo abstrato – pronome relativo – pronome indefinido substantivo – verbo transitivo direto, 3ª pessoa do singular do presente do indicativo.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
PROCESSO SELETIVO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA
EDITAL N° 295/2026

Questão 05 (Peso 2)

Analise o período a seguir: O art. 4º do decreto 11.150/22 excluiu expressamente as dívidas de crédito consignado da aferição do mínimo existencial. **Contudo**, muitos especialistas defendem que essa exclusão é inconstitucional, **pois** fere o princípio da dignidade da pessoa humana.

Sobre os vocábulos destacados no trecho acima, é correto afirmar que

- A) o termo “**contudo**” estabelece uma relação de adição, enquanto “**pois**” indica uma finalidade.
- B) os dois conectivos servem para indicar uma sequência temporal dos eventos narrados no decreto.
- C) a palavra “**contudo**” indica uma conclusão lógica, ao passo que “**pois**” estabelece uma condição necessária.
- D) o vocábulo “**contudo**” reforça uma afirmação anterior por meio da explicação, enquanto “**pois**” cria uma oposição direta.
- E) o termo “**contudo**” introduz uma ideia de oposição ao que foi dito antes, enquanto “**pois**” apresenta a causa ou justificativa dessa oposição.

Questão 06 (Peso 2)

Considere o trecho: “A lei protege o consumidor pessoa natural de boa-fé [...]” (linha 8).

A alternativa que apresenta a transposição correta da oração acima para a voz passiva analítica é

- A) protege-se o consumidor pessoa natural de boa-fé pela lei.
- B) o consumidor pessoa natural de boa-fé protege-se pela lei.
- C) o consumidor pessoa natural de boa-fé é protegido pela lei.
- D) foi protegido o consumidor pessoa natural de boa-fé pela lei.
- E) o consumidor pessoa natural de boa-fé era protegido pela lei.

Questão 07 (Peso 3)

Analise as orações destacadas nos períodos a seguir, extraídos do texto 1.

Período I: “A lei 14.181/21, que alterou o CDC, **reconheceu que esse fenômeno não é um problema moral do devedor** [...]” (linhas 4-5).

Período II: “O problema é **que essa mesma automaticidade cria um incentivo perverso** [...]” (linhas 18-19).

A oração destacada no período I é classificada como _____ e a oração destacada no período II é uma oração _____.

A alternativa que preenche, correta e sequencialmente, as lacunas do trecho acima é

- A) subordinada substantiva objetiva direta / subordinada substantiva predicativa.
- B) subordinada adverbial causal / subordinada substantiva completiva nominal.
- C) subordinada substantiva subjetiva / subordinada adverbial consecutiva.
- D) coordenada sindética aditiva / subordinada adjetiva explicativa.
- E) subordinada adjetiva restritiva / coordenada explicativa.

Questão 08 (Peso 3)

Analise a estrutura do fragmento de texto extraído do texto 1: “**O primeiro passo é organizar as informações: renda mensal líquida, despesas básicas fixas e lista completa de dívidas com os respectivos credores e valores**” (linhas 42-43).

Sobre o paralelismo sintático apresentado no fragmento de texto acima, é correto afirmar que:

- A) a estrutura do trecho evidencia equilíbrio por meio de termos nominais organizados de forma equivalente.
- B) a construção se caracteriza pela alternância de funções sintáticas entre os termos apresentados.
- C) o efeito de organização decorre da repetição de formas verbais no mesmo tempo e modo.
- D) a coesão é construída pelo uso de conectivo adversativo entre os elementos listados.
- E) o efeito de sentido resulta da repetição de orações com a mesma estrutura interna.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
PROCESSO SELETIVO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA
EDITAL Nº 295/2026

Questão 09 (Peso 3)

Sobre os vocábulos e expressões destacados a seguir, extraídos do texto 1, analise as assertivas e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas.

- () No trecho: “**O** aposentado recebe ligações [...]” (linha 22), o termo destacado é um pronome demonstrativo.
- () Os verbos “**elimina**” (linha 18), “**cria**” (linha 19) e “**recebe**” (linha 22) estão no presente do subjuntivo, indicando uma hipótese ou desejo do autor.
- () No trecho: “[...] ofertas **agressivas**, renovações **sucessivas** [...]” (linha 19), os adjetivos destacados estão flexionados no feminino plural para concordar com os substantivos a que se referem.
- () No fragmento: “O desconto automático [...] **elimina** o risco de inadimplência” (linha 18), o verbo destacado é transitivo direto, tendo “o risco de inadimplência” como seu objeto direto.
- () No trecho: “[...] **o dinheiro da renda vai embora** antes de qualquer despesa com dignidade” (linhas 23-24), a expressão destacada apresenta linguagem figurada, ou seja, uma personificação.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

- A) F V F F V
- B) F F V V V
- C) V V V F V
- D) V F F F V
- E) V F F F F

Questão 10 (Peso 3)

Considerando o trecho, extraído do texto 1 “Em vez de negociar com cada credor isoladamente, o devedor pode acionar um procedimento que reúne todos os credores de dívidas de consumo em uma única audiência de conciliação, com apresentação de plano de pagamento unificado [...]” (linhas 25-28), analise as assertivas e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas.

- () O termo “**que**” é uma conjunção integrante que introduz uma oração subordinada substantiva objetiva direta.
- () A expressão “**de consumo**” atua como um adjunto adnominal, caracterizando o tipo de dívida mencionada.
- () No trecho “**reúne todos os credores**”, o termo “**todos**” é um pronome substantivo que exerce função de núcleo do objeto direto.
- () O vocábulo “**isoladamente**” é um advérbio de modo porque indica a maneira como a ação de negociar é praticada no contexto.
- () A expressão “**em vez de**” pode ser substituída por “**ao invés de**” sem alteração de sentido, pois ambas são equivalentes em qualquer contexto.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

- A) F V F F V
- B) F V F V F
- C) F F F V F
- D) V V F V V
- E) V V F F F

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – QUESTÕES 11 A 40

Questão 11 (Peso 1)

Com esteio nas disposições da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e em suas posteriores modificações constitucionais, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa foram alçados pelo constituinte originário à condição de:

- A) fundamento da República Federativa do Brasil.
- B) vetor hermenêutico exclusivo da ordem econômica nacional.
- C) princípio estruturante da ordem econômica de orientação neoliberal.
- D) diretriz programática específica da política econômica neoliberal brasileira.
- E) objetivo setorial da República Federativa do Brasil voltado à intervenção econômica estatal.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
PROCESSO SELETIVO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA
EDITAL Nº 295/2026

Questão 12 (Peso 1)

Considere que o Presidente da República instituiu o Programa “Brasil Inclusivo”, destinado à transferência de renda, capacitação profissional e concessão de incentivos fiscais para empresas que contratassem pessoas em situação de vulnerabilidade social nas regiões mais pobres do país. Segundo o Governo Federal, a medida busca erradicar a pobreza e a marginalização, além de reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Diante do caso concreto e das disposições da Constituição Federal de 1988, e suas alterações posteriores, é correto afirmar que

- A) a política descrita reflete um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- B) a situação descrita reflete um dos princípios que deverá orientar o programa estatal brasileiro típico de economia liberal-social.
- C) o caso concreto evidencia um dos fundamentos orientadores da atuação estatal brasileira em um modelo de economia liberal-social.
- D) o caso concreto evidencia um dos fundamentos orientadores da atuação estatal brasileira em um modelo de economia liberal-social, bem como o princípio constitucional da cidadania.
- E) a situação descrita revela diretriz compatível com o modelo constitucional brasileiro de economia liberal-social, especialmente por concretizar o princípio constitucional da cidadania previsto na Constituição Federal.

Questão 13 (Peso 2)

Joana Ferreira, responsável por uma pequena lanchonete familiar instalada junto à sua residência, encontrava-se no imóvel acompanhada de seus dois filhos adolescentes quando agentes da fiscalização municipal, auxiliados por servidores administrativos e fiscais de postura, ingressaram no local durante o período noturno para apurar supostas irregularidades sanitárias e urbanísticas. A entrada ocorreu sem autorização judicial e sem a anuência da moradora. De acordo com os agentes públicos, havia denúncia acerca do funcionamento irregular de atividade comercial no pavimento superior da residência. Durante a diligência, foram produzidos registros fotográficos do interior do imóvel, lavrados autos de infração administrativa e apreendidos documentos e equipamentos utilizados pela família no desenvolvimento da atividade econômica doméstica.

Considerando o caso concreto e as disposições da Constituição Federal de 1988 e de suas alterações posteriores, acerca dos direitos e garantias fundamentais, é correto afirmar que

- A) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
- B) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem o consentimento do morador, salvo em caso de flagrante de delito inafiançável ou desastre, para prestar socorro ou, durante o dia, por determinação judicial fundamentada na existência de procedimento investigatório preliminar.
- C) a casa configura espaço constitucionalmente protegido da esfera privada do indivíduo, vedando-se o ingresso sem autorização expressa do morador, salvo nas hipóteses de flagrante de delitos inafiançáveis, emergência administrativa, prestação de socorro ou cumprimento de ordem judicial em qualquer horário.
- D) a residência constitui asilo inviolável do indivíduo, sendo vedado o ingresso de terceiros sem o consentimento expresso do morador, ressalvadas as hipóteses de flagrante delito, calamidade pública, necessidade de prestação de socorro ou cumprimento de determinação judicial, independentemente do horário de sua execução.
- E) a casa representa ambiente de inviolabilidade jurídica do indivíduo, sendo proibido o ingresso de terceiros sem autorização expressa do morador, excetuadas as hipóteses de flagrante de delitos inafiançáveis, calamidade pública, necessidade de socorro imediato ou execução de ordem judicial, independentemente do horário de seu cumprimento.

Questão 14 (Peso 1)

Pessoa jurídica é a entidade constituída por pessoas ou patrimônios, à qual a lei atribui personalidade jurídica própria, distinta da de seus integrantes.

Considerando as disposições do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e suas alterações posteriores) acerca da classificação das pessoas jurídicas, a alternativa que contém aquelas de direito privado é

- A) as autarquias e as organizações societárias.
- B) os partidos políticos e as sociedades de economia mista.
- C) as fundações privadas e as sociedades de economia mista.
- D) as associações e os empreendimentos de economia solidária.
- E) os empreendimentos de economia comum e as sociedades fundacionais de capital.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
PROCESSO SELETIVO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA
EDITAL Nº 295/2026

Questão 15 (Peso 1)

Acerca do Direito das Obrigações e do Negócio Jurídico, considerando as disposições do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e suas alterações posteriores), é correto afirmar que

- A) no negócio jurídico celebrado com a cláusula de não valer sem instrumento público, este é da substância do ato.
- B) a validade da declaração de última vontade jamais dependerá de forma especial, ainda que exista exigência legal expressa em sentido contrário.
- C) a validade e a eficácia do negócio jurídico exigem, dentre outros requisitos, objeto lícito, possível e determinado, vedando-se a indeterminação do objeto.
- D) a validade do negócio jurídico exige, dentre outros requisitos, objeto lícito, possível e determinado, sendo nulos os negócios jurídicos que possuam objeto apenas determinável ou sujeito à futura individualização.
- E) a validade e a eficácia do negócio jurídico exigem, dentre outros requisitos, objeto lícito, possível e determinado, sendo nulos os negócios jurídicos que possuam objeto apenas determinável ou sujeito à futura individualização.

Questão 16 (Peso 1)

Sobre os negócios jurídicos, com fundamento nas disposições do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e suas alterações posteriores), na interpretação do ato negocial, deve ser atribuído, dentre outros, o sentido que _____.

A alternativa que preenche, corretamente, a lacuna do trecho acima é

- A) corresponder à conduta prévia das partes, compatibilizar-se com os usos e práticas correntes do mercado e favorecer a parte que elaborou a cláusula, se identificável.
- B) for ratificado pela conduta prévia das partes, compatibilizar-se com os usos e práticas correntes do mercado e favorecer a parte que elaborou a cláusula, se identificável.
- C) for confirmado exclusivamente pelo comportamento das partes anterior à celebração do negócio, ainda que incompatível com sua execução posterior, devendo corresponder aos usos, costumes dos antepassados e às práticas do mercado aplicáveis a qualquer tipo de negócio.
- D) corresponder aos usos, costumes e práticas do mercado relativas ao tipo de negócio.
- E) corresponder à conduta prévia das partes, compatibilizar-se com os usos e práticas correntes do mercado, favorecer a parte que elaborou a cláusula, se identificável, e refletir a razoável negociação das partes sobre a questão discutida, inferida de sua racionalidade econômica.

Questão 17 (Peso 1)

De acordo com as disposições do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e suas alterações posteriores) relativas ao instituto da prescrição, especialmente quanto às causas impeditivas ou suspensivas de seu curso, é correto afirmar que uma das hipóteses em que a prescrição não corre é

- A) pendendo ação monitória.
- B) enquanto pendente liminar de monitoria ou evicção.
- C) entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal.
- D) contra os ausentes, nos primeiros 5 (cinco) anos de afastamento.
- E) entre os cônjuges e companheiros, ainda que separados judicialmente, salvo determinação judicial em sentido contrário.

Questão 18 (Peso 1)

Segundo as disposições do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e suas alterações posteriores) relativas ao regime de bens do casamento, é correto afirmar que

- A) o regime de bens entre os cônjuges começa a vigorar desde a data do casamento.
- B) é lícito aos nubentes, antes de celebrado o pacto antinupcial, estipular, quanto aos seus bens, o regime de divisão do patrimônio entre as partes.
- C) é inadmissível a alteração do regime de bens, salvo mediante autorização judicial em pedido motivado de ambos os cônjuges, apurada a procedência das razões invocadas, a idade das partes e ressalvados os direitos de terceiros.
- D) a modificação do regime de bens não será admitida, exceto mediante autorização judicial requerida de forma motivada por ambos os cônjuges, após verificação da procedência dos fundamentos apresentados, da idade e da capacidade civil das partes, bem como da preservação dos direitos de terceiros.
- E) a alteração do regime de bens somente será admitida mediante autorização judicial, em pedido motivado de ambos os cônjuges, observadas a idade, a capacidade civil das partes e a preservação dos direitos de terceiros. Na ausência de convenção válida e eficaz, aplica-se aos bens do casal o regime de comunhão.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
PROCESSO SELETIVO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA
EDITAL Nº 295/2026

Questão 19 (Peso 1)

A respeito das disposições preliminares do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e suas alterações posteriores, é correto afirmar que

- A) se considera assistência afetiva a primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
- B) se considera assistência afetiva, dentre outros, a orientação quanto às principais escolhas e oportunidades profissionais, educacionais e culturais.
- C) o Estatuto da Criança e do Adolescente considera criança a pessoa de até 14 (quatorze) anos de idade completos, e adolescente aquela entre 14 (quatorze) e 18 (dezoito) anos de idade.
- D) se considera conduta ilícita, sujeita exclusivamente à reparação civil de danos, a ação que ofenda direito fundamental da criança ou do adolescente previsto na legislação menoril, ficando excluídas as hipóteses de abandono afetivo, atos omissivos e situações decorrentes de culpa ou dolo eventual.
- E) é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com prioridade relativa e condicionada à disponibilidade financeira do Estado, a efetivação dos direitos referentes à vida, à alimentação e à educação, podendo a garantia da saúde pública ser limitada pelo princípio da reserva do possível.

Questão 20 (Peso 1)

De acordo com os direitos fundamentais previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e suas alterações posteriores, notadamente a Lei 15.243/2025, “incumbe ao poder público proporcionar assistência _____ à criança e ao adolescente _____, com vistas à proteção de sua saúde física e mental e de seu bem-estar social, e promover campanhas de prevenção do uso de drogas lícitas e ilícitas” (Brasil, 1990, p. 6).

A alternativa que preenche, correta e sequencialmente, as lacunas do trecho acima é

- A) integral e geral / vulnerabilizado
- B) jurídica integral e gratuita / pobre
- C) geral e gratuita pela Defensoria Pública / pobre
- D) geral e gratuita pela Defensoria Pública / vulnerável
- E) integral e multiprofissional / dependentes químicos e/ou com problemas decorrentes do uso de drogas

Questão 21 (Peso 1)

“Para atender ao princípio da proteção integral, é dever dos fornecedores de produtos ou serviços de tecnologia da informação direcionados a crianças e a adolescentes ou de acesso provável por eles _____ que viola direitos de crianças e de adolescentes assim que forem comunicados do _____, por seus representantes, pelo Ministério Público ou por entidades representativas de defesa dos direitos de crianças e de adolescentes, independentemente de _____” (Brasil, 2025, p. 11).

De acordo com a Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025, e suas alterações posteriores, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais (Estatuto Digital da Criança e do Adolescente), a alternativa que preenche, correta e sequencialmente, as lacunas do trecho acima é

- A) limitar o acesso ao provedor / fim econômico depreciativo / decisão liminar
- B) suspender o acesso ao serviço / objetivo comercial desabonador / tutela cautelar liminar
- C) proceder à retirada de conteúdo / caráter ofensivo da publicação pela vítima / ordem judicial
- D) restringir o acesso à plataforma / objetivo econômico depreciativo e danoso / decisão judicial liminar
- E) bloquear o acesso ao conteúdo ou serviço / fim mercadológico ofensivo / provimento jurisdicional antecipatório

Questão 22 (Peso 1)

Sobre a Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025, que dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais (Estatuto Digital da Criança e do Adolescente), e de suas alterações posteriores, “os provedores de aplicações de internet deverão viabilizar, _____, o acesso a dados necessários _____ sobre os impactos de seus produtos e serviços nos direitos de crianças e de adolescentes e no melhor interesse deles, por parte de instituições acadêmicas, científicas, tecnológicas, de inovação ou jornalísticas, conforme critérios e requisitos definidos em regulamento, vedada a utilização desses dados para _____ e assegurado o cumprimento dos princípios da finalidade, da necessidade, da segurança e da confidencialidade das informações” (Brasil, 2025, p. 13).

A alternativa que preenche, correta e sequencialmente, as lacunas do trecho acima é

- A) de modo monitorado / para executar ação estatal / objetivo solidário
- B) de forma supervisionada / para viabilizar política pública / finalidade altruística
- C) de forma gratuita / à realização de pesquisas / quaisquer finalidades comerciais
- D) de maneira supervisionada / para implementar política pública / finalidade beneficente
- E) de forma regulamentada / para concretizar programa governamental / finalidade humanitária

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
PROCESSO SELETIVO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA
EDITAL Nº 295/2026

Questão 23 (Peso 2)

Ricardo Valença, inconformado com o encerramento do relacionamento afetivo mantido com Helena Albuquerque, passou a adotar comportamento reiteradamente persecutório e controlador, monitorando os deslocamentos da ex-companheira, encaminhando mensagens de teor intimidatório e manifestando a terceiros que não admitiria a autonomia da vítima para reconstruir sua vida pessoal sem sua anuência.

Após sucessivos episódios de violência psicológica e constrangimento no âmbito doméstico e familiar, Ricardo dirigiu-se à residência de Helena em horário noturno e, durante acalorada discussão motivada pela recusa da vítima em restabelecer a convivência afetiva, desferiu múltiplos golpes com instrumento perfurocortante, ocasionando-lhe a morte imediata.

Considerando o caso concreto e as disposições do Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e suas alterações posteriores), é correto afirmar que

- A) Ricardo Valença praticou o crime de homicídio majorado pelo feminicídio, o qual se caracteriza pela prática do crime em contexto de violência doméstica e familiar, motivada por sentimento de posse e menosprezo à condição de qualquer vítima.
- B) o homicídio qualificado pelo feminicídio verifica-se quando a infração penal é praticada em contexto de violência doméstica ou familiar, impulsionada por sentimento de posse, ódio ou menosprezo à condição da vítima Helena Albuquerque enquanto mulher.
- C) Ricardo Valença praticou o crime de homicídio qualificado pelo feminicídio, o qual se configura quando a conduta é perpetrada em contexto de violência doméstica e familiar, motivada por sentimento de posse e menosprezo dirigido à condição de qualquer vítima.
- D) no delito de feminicídio, se reputam presentes as razões da condição do sexo feminino quando a infração penal estiver inserida em contexto de violência doméstica e familiar, bem como em circunstâncias reveladoras de menosprezo ou discriminação à condição de mulher.
- E) no feminicídio qualificado por sentimento de posse, ódio ou desprezo direcionado à vítima, se considera configurada a razão da condição do sexo feminino quando a conduta estiver inserida em contexto de violência doméstica e familiar, bem como em situação reveladora de menosprezo ou discriminação à condição feminina.

Questão 24 (Peso 3)

Considerando as disposições da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e suas alterações posteriores, analise as assertivas a seguir e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas acerca do procedimento judicial aplicável às situações de violência doméstica e familiar contra a mulher.

- () Exclui-se da competência dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher a pretensão relacionada à partilha de bens.
- () O nome da ofendida ficará sob sigilo nos processos em que se apuram crimes praticados no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher.
- () A ofendida tem a opção de propor ação de divórcio ou de dissolução de união estável no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.
- () Iniciada a situação de violência doméstica e familiar após o ajuizamento da ação de divórcio ou de dissolução de união estável, a ação terá preferência no juízo onde estiver.
- () É possível a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas consistentes em cesta básica ou outras prestações pecuniárias, bem como a substituição da pena por medida que implique o pagamento isolado de multa ou outra prestação de natureza financeira, desde que observada a situação econômica do acusado.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

- A) F V V F V
- B) F F V F V
- C) F V V V V
- D) V V V V F
- E) V F F F F

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
PROCESSO SELETIVO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA
EDITAL Nº 295/2026

Questão 25 (Peso 3)

Mariana Ferreira procurou uma unidade policial para registrar ocorrência de violência doméstica e psicológica supostamente praticada por seu ex-companheiro, após sucessivos episódios de ameaças, humilhações e agressões ocorridos no contexto da relação afetiva. Ao comparecer à delegacia, relatou detalhadamente os fatos e apresentou mensagens, fotografias e outros elementos que, em seu entendimento, corroboravam suas alegações. Apesar disso, foi recebida com descrédito por alguns agentes públicos, que minimizaram a gravidade da situação, questionaram sua versão dos acontecimentos e sugeriram que os fatos decorriam de meros desentendimentos do relacionamento, fazendo-a reviver o sofrimento decorrente da violência denunciada.

Posteriormente, no curso do processo judicial, quando o Poder Judiciário analisava a existência de autoria e materialidade dos fatos imputados ao acusado, Mariana foi novamente submetida a situações constrangedoras. Em cartório, na sala de audiências e durante a colheita de seu depoimento, foi exposta desnecessariamente a questionamentos sobre relacionamentos anteriores, conversas privadas mantidas com o acusado e detalhes da intimidade e da dinâmica do relacionamento que não possuíam relação direta com a comprovação dos fatos investigados. Além disso, informações de caráter pessoal e íntimo foram discutidas e reproduzidas perante terceiros sem necessidade processual, obrigando a vítima a rememorar repetidamente episódios traumáticos e a reviver a violência anteriormente sofrida. Em razão dessas circunstâncias, Mariana passou a enfrentar intenso abalo psicológico, sentimentos de vergonha e humilhação, crises de ansiedade, insegurança para prestar declarações às autoridades e receio de participar de novos atos processuais, agravando significativamente os danos decorrentes da violência inicialmente sofrida.

À luz dos estudos da Vitimologia e da Criminologia, especialmente no que se refere às diferentes formas de vitimização reconhecidas pela doutrina e aos efeitos produzidos sobre a vítima, a alternativa que melhor identifica a modalidade de vitimização verificada no caso apresentado é

- A) a situação em comento retrata hipótese de vitimização primária, também denominada revitimização, caracterizada pelos danos físicos, psicológicos, morais e patrimoniais diretamente decorrentes da prática criminosa, os quais ocasionam sofrimento e prejuízos à vítima em razão da própria conduta delituosa.
- B) o caso concreto trata da hipótese de vitimização primária, também conhecida como sobrevivitização, caracterizada pela falta de acolhimento e amparo da sociedade à vítima, que passa a enfrentar incompreensão, isolamento e ausência de suporte social, circunstâncias que agravam os efeitos do delito e intensificam o sofrimento experimentado.
- C) o caso concreto retrata hipótese de vitimização secundária, também denominada revitimização, que ocorre quando a vítima sofre novos danos, constrangimentos ou prejuízos em razão da atuação inadequada, insensível ou despreparada dos órgãos responsáveis pela investigação, persecução penal ou atendimento institucional, agravando os efeitos da violência inicialmente sofrida.
- D) a hipótese em comento retrata contexto de vitimização terciária, também conhecida como sobrevivitização, caracterizada pela existência de cifras ocultas, pela ausência de acolhimento e apoio social à vítima e pelos danos decorrentes da falta de amparo da comunidade, circunstâncias que contribuem para o agravamento das consequências do delito e para o isolamento da pessoa vitimizada.
- E) o caso concreto retrata hipótese de vitimização secundária, também conhecida como sobrevivitização ou revitimização, caracterizada pela falta de acolhimento e amparo da sociedade à vítima, que passa a enfrentar incompreensão, isolamento e ausência de suporte social, bem como pelos danos físicos, psicológicos, morais e patrimoniais diretamente causados pelo crime, que resultam em sofrimento e prejuízos à vítima em decorrência da própria conduta delituosa.

Questão 26 (Peso 1)

Considerando as disposições da Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, e suas alterações posteriores), especialmente as modificações legislativas mais recentes relacionadas à monitoração eletrônica e os mecanismos de cumprimento da pena, a alternativa que melhor representa a finalidade atribuída pelo legislador à utilização da monitoração eletrônica na execução penal brasileira é

- A) a monitoração eletrônica possui finalidade descarcerizadora e despenalizadora, ao permitir a saída do indivíduo do cárcere mediante fiscalização estatal.
- B) a monitoração eletrônica tem por finalidade a fiscalização e o controle de pessoas submetidas ao sistema de cumprimento de pena.
- C) a monitoração eletrônica possui finalidade descarcerizadora, ao permitir, mediante fiscalização estatal, a saída do cárcere de indivíduo que, sem esse mecanismo, não poderia deixar o sistema prisional.
- D) o monitoramento eletrônico é mecanismo de rastreamento alinhado à proposta minimalista e à finalidade descarcerizadora, permitindo, sob fiscalização estatal, o cumprimento da pena fora do cárcere.
- E) o monitoramento eletrônico possui finalidade descarcerizadora e despenalizadora, pois viabiliza, sob controle estatal, que o indivíduo deixe o cárcere sem necessidade de permanência contínua no estabelecimento prisional.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
PROCESSO SELETIVO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA
EDITAL Nº 295/2026

Questão 27 (Peso 2)

Carla Menezes ajuizou ação de alimentos em favor de sua filha menor em face de Roberto Alves, alegando ausência de contribuição financeira para o sustento da criança. Apesar da urgência da demanda e da natureza alimentar do pedido, o processo permaneceu concluso por longo período sem prolação de sentença, enquanto outras ações distribuídas posteriormente foram julgadas anteriormente. A defesa de Carla sustentou violação às normas fundamentais do processo civil, especialmente ao princípio da observância da ordem cronológica de julgamento previsto no Código de Processo Civil.

À luz das normas fundamentais do processo civil estabelecidas na Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, e de suas alterações posteriores, especialmente quanto à ordem cronológica de julgamento, é correto afirmar que

- A) a ação de alimentos deve ser julgada antes de todas as demais demandas, sem observância da ordem cronológica de conclusão, em razão de sua natureza alimentar e de determinação prioritária absoluta do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).
- B) os juízes e os tribunais observarão, preferencialmente, a ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão, excluindo-se dessa regra as sentenças proferidas em audiência, homologatórias de acordo ou de improcedência liminar do pedido.
- C) a ação de alimentos possui prioridade absoluta e preferência obrigatória sobre qualquer outro processo judicial, independentemente da fase processual, por ter natureza alimentar e integrar metas vinculantes permanentes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).
- D) a ação de alimentos deve ser julgada antes de todas as demais demandas judiciais, sem observância da ordem cronológica de conclusão, em razão de sua natureza alimentar, da proteção integral aos direitos da criança e do adolescente e de determinação prioritária absoluta do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).
- E) a demanda de alimentos deve receber precedência sobre quaisquer outras ações judiciais, independentemente da ordem cronológica de conclusão, em virtude de seu caráter alimentar, da tutela prioritária e da envergadura constitucional dos direitos da criança e do adolescente, bem como das diretrizes preferenciais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Questão 28 (Peso 2)

Mariana Souza ajuizou ação de divórcio litigioso em face de João Henrique, assistido pela Defensoria Pública. No curso do processo, a autora apresentou petição contendo expressões ofensivas e ataques pessoais dirigidos ao réu e ao Defensor Público responsável pela causa, utilizando linguagem incompatível com o respeito e a urbanidade exigidos no âmbito processual.

Ao analisar os autos, surgiu controvérsia acerca das providências que poderiam ser adotadas pelo magistrado diante do teor ofensivo das manifestações apresentadas pela parte autora.

Considerando o caso concreto e as prescrições do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, e suas alterações posteriores), a alternativa que contém a conduta que deve ser adotada pelo magistrado é

- A) determinar a intimação da parte contrária para demonstrar a falsidade das acusações apresentadas nos autos.
- B) declinar da competência em favor de magistrado com atribuição criminal, sob o fundamento de possível configuração de crime contra a honra.
- C) reconhecer a incompetência do juízo cível e remeter imediatamente os autos à jurisdição criminal em razão do conteúdo ofensivo das manifestações.
- D) determinar a manifestação da parte contrária acerca das acusações ofensivas e, posteriormente, remeter os autos ao juízo com competência criminal em razão da suposta prática de delito contra a honra.
- E) de ofício ou a requerimento do ofendido, o juiz determinará que as expressões ofensivas sejam riscadas e, a requerimento do ofendido, determinará a expedição de certidão com inteiro teor das expressões ofensivas e a colocará à disposição da parte interessada.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
PROCESSO SELETIVO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA
EDITAL N° 295/2026

Questão 29 (Peso 2)

Eduardo Martins foi condenado pela prática de crime patrimonial sem violência ou grave ameaça, sendo-lhe aplicada pena privativa de liberdade a ser cumprida inicialmente em regime aberto, em razão das circunstâncias judiciais favoráveis e da quantidade de pena fixada na sentença condenatória. Durante a audiência admonitória, discutiu-se a possibilidade de imposição de monitoração eletrônica como mecanismo de acompanhamento do cumprimento da pena.

A respeito da monitoração eletrônica e do caso concreto, segundo as disposições da Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, e suas alterações posteriores), é correto afirmar que

- A) o monitoramento de Eduardo somente seria possível se fosse o caso de revogar o livramento condicional.
- B) não é possível monitorar eletronicamente Eduardo, pois não é o caso de prisão domiciliar nem de recolhimento domiciliar.
- C) é possível a monitoração eletrônica quando o juiz aplicar pena privativa de liberdade a ser cumprida nos regimes aberto ou semiaberto, ou conceder progressão para esses regimes.
- D) a monitoração eletrônica é possível apenas quando autorizar a saída temporária no regime semiaberto, hipótese na qual Eduardo não se enquadra, pois não está em gozo de permissão de saída.
- E) a monitoração eletrônica poderá ser aplicada quando houver imposição de pena privativa de liberdade com restrição de frequência a determinados locais, hipótese na qual o caso de Eduardo estaria inserido.

Questão 30 (Peso 2)

A empresa Mercantil Boa Esperança Ltda., de pequeno porte e sediada no interior do Estado da Bahia, procurou a Defensoria Pública do Estado da Bahia alegando enfrentar grave crise financeira decorrente da redução abrupta de suas atividades comerciais e do acúmulo de dívidas tributárias e trabalhistas. Sustentou não possuir condições de suportar os custos processuais necessários para propositura de ação revisional de contrato bancário e defesa judicial em execuções movidas contra a empresa.

Consoante o caso concreto e as disposições do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, e suas alterações posteriores), especialmente no que se refere ao instituto da gratuidade da justiça assegurada àqueles com insuficiência de recursos para suportar os encargos do processo, analise as assertivas a seguir e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas.

- () O Código de Processo Civil não prevê gratuidade jurídica para empresa.
- () A gratuidade da justiça compreende, dentre outros casos, as despesas com publicação na imprensa oficial, dispensando-se a publicação em outros meios.
- () A concessão de gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência.
- () A gratuidade da justiça compreende, dentre outros casos, os honorários do advogado e do perito e a remuneração do intérprete ou do tradutor nomeado para apresentação de versão em português de documento redigido em língua estrangeira.
- () A gratuidade da justiça compreende, dentre outros casos, os emolumentos devidos a notários ou registradores em decorrência da prática de registro, averbação ou qualquer outro ato notarial necessário à efetivação de decisão judicial ou à continuidade de processo judicial no qual o benefício tenha sido concedido.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

- A) V V F F V
- B) V F F V V
- C) V F V F F
- D) F F V V F
- E) F V V V V

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
PROCESSO SELETIVO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA
EDITAL Nº 295/2026

Questão 31 (Peso 3)

Segundo as disposições do Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, e suas alterações posteriores), especialmente no que se refere ao valor da causa nas demandas judiciais, analise as assertivas a seguir e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas.

- () O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será na ação indenizatória, inclusive a fundada em dano moral, o valor pretendido.
- () O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será na ação em que há cumulação de pedidos, a quantia correspondente à soma dos valores de todos eles.
- () O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será na ação de divisão, de demarcação e de reivindicação, o valor de avaliação da área ou do bem objeto do pedido.
- () O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será na ação de cobrança de dívida, a soma monetariamente corrigida do dano, dos juros contratuais vencidos e de outras penalidades, se houver, até a data do ato ilícito.
- () O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será na ação que tiver por objeto a existência, a validade, o cumprimento, a modificação, a resolução, a rescisão ou a rescisão de ato jurídico, o valor do ato ou o de sua parte controvertida.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

- A) F V V F V
- B) F F F F V
- C) F V V V V
- D) V F F F F
- E) V V V F V

Questão 32 (Peso 3)

João Ferreira foi conduzido à delegacia após supostamente praticar o crime de ameaça contra seu vizinho durante uma discussão decorrente de desentendimentos relacionados à utilização de vaga de estacionamento em condomínio residencial. O fato foi registrado pela autoridade policial, que instaurou o procedimento cabível para apuração da infração penal, considerada de menor potencial ofensivo. Durante a investigação, surgiram questionamentos acerca da atuação judicial na fase pré-processual, especialmente quanto à aplicação do instituto do juiz das garantias e seus reflexos sobre a persecução penal.

Acerca do instituto do juiz das garantias, considerando o caso apresentado e as disposições do Código de Processo Penal, instituído pelo Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, e de suas alterações posteriores, analise as assertivas a seguir e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas.

- () Por se tratar de crime doloso de menor potencial ofensivo, João poderá ter toda a instrução processual e o julgamento do feito conduzidos pelo juiz das garantias, que permanecerá competente até o trânsito em julgado da condenação ou absolvição.
- () A competência do juiz das garantias alcança todas as infrações penais previstas no Código Penal e na legislação penal especial, independentemente da sanção abstratamente prevista, encerrando-se com o recebimento da denúncia ou da queixa-crime.
- () As decisões proferidas pelo juiz das garantias não vinculam o juiz da instrução e julgamento, que, após o recebimento da denúncia ou queixa, deverá reexaminar a necessidade das medidas cautelares em curso, no prazo máximo de 10 (dez) dias.
- () Por se tratar de crime doloso de menor potencial ofensivo, João poderá ter seu processo integralmente analisado pelo juiz das garantias, a quem competirá conduzir a fase investigatória, receber a denúncia, instruir o feito, produzir provas, proferir sentença e apreciar eventuais recursos, permanecendo competente até o trânsito em julgado da decisão final.
- () Os autos que compõem as matérias de competência do juiz das garantias ficarão acautelados na secretaria desse juízo, à disposição do Ministério Público e da defesa, e não serão apensados aos autos do processo enviados ao juiz da instrução e julgamento, ressalvados os documentos relativos às provas irrepetíveis, medidas de obtenção de provas ou de antecipação de provas, que deverão ser remetidos para apensamento em apartado.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

- A) V F F F F
- B) V V V F V
- C) F V V F V
- D) F F V F V
- E) F V V V V

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
PROCESSO SELETIVO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA
EDITAL Nº 295/2026

Questão 33 (Peso 3)

Rafael Nunes foi preso em flagrante pela suposta prática de crime patrimonial cometido mediante fraude. Durante a audiência de custódia, o Ministério Público requereu a conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva, sustentando que o investigado já havia sido anteriormente submetido a audiência de custódia em razão de outra infração penal, ocasião em que foi colocado em liberdade provisória. A acusação alegou que a existência de anterior liberação judicial evidenciaria risco à ordem pública e justificaria a decretação da prisão cautelar, ainda que o processo anterior não tivesse sido definitivamente julgado. Considerando as disposições do Código de Processo Penal, instituído pelo Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, e suas alterações posteriores, é correto afirmar que

- A) se o juiz verificar que o agente é reincidente ou que integra organização criminosa armada ou milícia, ou que porta arma de fogo de uso restrito, deverá denegar a liberdade provisória, com ou sem medidas cautelares.
- B) se, ao analisar o auto de prisão em flagrante, o magistrado constatar que Rafael Nunes praticou o fato em alguma das hipóteses legalmente excludentes de culpabilidade, poderá, mediante decisão fundamentada, conceder-lhe liberdade provisória, condicionada à assinatura de termo de comparecimento a todos os atos do processo, à submissão à monitoração eletrônica e ao cumprimento de prisão domiciliar, sob pena de revogação do benefício.
- C) se, ao analisar o auto de prisão em flagrante, o magistrado constatar que Rafael Nunes praticou o fato em alguma das hipóteses legalmente excludentes de tipicidade, poderá, mediante decisão fundamentada, conceder-lhe liberdade provisória, com ou sem fiança, desde que não se trate de crime hediondo, condicionada à assinatura de termo de comparecimento a todos os atos do processo, à submissão à monitoração eletrônica e ao cumprimento de prisão domiciliar, sob pena de revogação do benefício.
- D) se, ao analisar o auto de prisão em flagrante, o magistrado constatar que Rafael Nunes praticou o fato em alguma das hipóteses legalmente excludentes de tipicidade ou culpabilidade, poderá, mediante decisão fundamentada, conceder-lhe liberdade provisória, com ou sem fiança, desde que não se trate de crime hediondo, condicionada à assinatura de termo de comparecimento a todos os atos do processo, à submissão à monitoração eletrônica e ao cumprimento de prisão domiciliar, sob pena de revogação do benefício.
- E) ao examinar o auto de flagrante delicto, caso o julgador verifique que Rafael Nunes agiu em situação amparada por causa legal de exclusão da tipicidade ou da culpabilidade, poderá, por decisão devidamente motivada, deferir sua soltura provisória, mediante ou não prestação de fiança, desde que a infração não possua natureza hedionda, impondo-lhe o compromisso de comparecer a todos os atos processuais, sujeitar-se à fiscalização por monitoração eletrônica e permanecer em regime de prisão domiciliar, sob pena de perda da medida concedida.

Questão 34 (Peso 3)

O Defensor Público João, em atuação no Núcleo de Defesa da Mulher da Defensoria Pública do Estado da Bahia, foi procurado pelos familiares de Ana Beatriz, jovem que relatou ter sido vítima de crime contra a dignidade sexual. Segundo as informações apresentadas, o suposto autor vinha adotando comportamento reiterado de perseguição, realizando contatos insistentes por meio de mensagens eletrônicas e tentando aproximar-se da vítima em locais por ela frequentados. Os familiares demonstraram preocupação com a segurança e a integridade física e psicológica de Ana Beatriz e solicitaram orientação jurídica para a adoção das medidas cabíveis. Diante dos indícios da prática criminosa, da vulnerabilidade da vítima e da necessidade de prevenir novas aproximações ou constrangimentos, o Defensor Público requereu ao Poder Judiciário a aplicação de medidas protetivas de urgência em favor da ofendida.

Diante desse quadro fático e considerando as disposições do Código de Processo Penal, instituído pelo Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, e suas alterações posteriores, analise as opções a seguir e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas acerca das medidas protetivas de urgência que poderão ser requeridas ao juiz diante da existência de indícios da prática de crime contra a dignidade sexual.

- () Prestação de alimentos provisionais ou provisórios.
- () Comparecimento do autor a programas de recuperação e reeducação.
- () Afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a vítima, se aplicável.
- () Restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar.
- () Apreensão da arma, suspensão do porte ou restrição da posse de armas, com comunicação à Corregedoria competente, nos termos da Lei Maria da Penha.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

- A) V F F F F
- B) V V V V F
- C) F V V F V
- D) F F V F V
- E) F V V V V

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
PROCESSO SELETIVO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA
EDITAL N° 295/2026

Questão 35 (Peso 3)

Carlos Eduardo foi preso em flagrante pela suposta prática do crime de furto qualificado. Encaminhado à audiência de custódia, a defesa apresentou documentos médicos, relatórios assistenciais e declarações escolares demonstrando que o investigado era o principal e indispensável responsável pelos cuidados de seu filho Pedro, criança menor de 6 (seis) anos de idade, diagnosticada com deficiência, que demandava acompanhamento permanente, tratamentos especializados e auxílio constante para atividades básicas da vida diária. Constatou-se dos autos que a mãe da criança havia falecido há alguns anos e que não existiam outros familiares aptos a assumir integralmente os cuidados necessários. Os documentos juntados evidenciaram que Carlos acompanhava consultas médicas, sessões terapêuticas e atividades educacionais especializadas, sendo o único responsável pelo transporte, alimentação, medicação e assistência cotidiana do menor. Diante dessas circunstâncias, a defesa requereu a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar, sustentando a proteção integral da criança, a prioridade absoluta assegurada aos seus direitos e a imprescindibilidade do investigado para a manutenção de seus cuidados especiais. O magistrado, então, passou a examinar a viabilidade jurídica da medida à luz das hipóteses previstas na legislação processual penal.

Considerando o caso concreto e as disposições do Código de Processo Penal, instituído pelo Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, e suas alterações posteriores, é correto afirmar que

- A) o juiz poderá decretar a prisão domiciliar de Carlos Eduardo, pois a hipótese dispensa comprovação em razão da dignidade humana como objetivo da Constituição Federal de 88.
- B) o juiz poderá substituir a prisão preventiva por prisão domiciliar, uma vez que Carlos Eduardo comprovou ser indispensável aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 (seis) anos de idade ou de pessoa com deficiência.
- C) Carlos Eduardo somente fará jus à decretação da prisão domiciliar se ficar comprovado, no curso do processo de execução, que se encontra debilitado em razão de doença grave, sendo irrelevante, para esse fim, a circunstância de ser imprescindível aos cuidados especiais de filho maior de 6 (seis) anos de idade com deficiência.
- D) Carlos Eduardo somente poderia obter a decretação da prisão domiciliar mediante prova de enfermidade grave e incapacitante; caso fosse mulher, a concessão da medida dependeria, obrigatoriamente, da demonstração de que é a única responsável pelos cuidados de filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos e com deficiência.
- E) Carlos Eduardo somente faria jus à decretação da prisão domiciliar mediante comprovação de que se encontra debilitado em razão de doença grave, sendo insuficiente a demonstração de que é imprescindível aos cuidados especiais de filho maior de 6 (seis) anos de idade com deficiência; se fosse mulher, deveria comprovar ser a única responsável pelos cuidados de filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos para obter a medida.

Questão 36 (Peso 3)

Acerca da Defensoria Pública, de suas funções institucionais, princípios, autonomia e garantias constitucionais, à luz das disposições da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e de suas alterações posteriores, analise as assertivas a seguir e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas

- () A Defensoria Pública é indispensável à administração da justiça, sendo o Defensor Público inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei e resoluções da Corregedoria.
- () Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.
- () São princípios institucionais da Defensoria Pública: a unidade, a indivisibilidade, a independência funcional, a autonomia administrativa e a iniciativa de proposta orçamentária, aplicando-se, por simetria federativa, às Defensorias Públicas dos Municípios, sendo o Defensor Público inviolável por seus atos e manifestações nos limites da lei e do regimento do Conselho Superior, órgão supremo da instituição.
- () Às Defensorias Públicas dos Estados são asseguradas autonomia funcional e administrativa, bem como a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, permanecendo subordinadas ao regimento interno de cada órgão. A mesma sistemática aplica-se às Defensorias Públicas dos Municípios, em razão do modelo federativo adotado no Brasil.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

- A) V V F F
- B) V F F V
- C) V F V F
- D) F F V V
- E) F V F F

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
PROCESSO SELETIVO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA
EDITAL N° 295/2026

Questão 37 (Peso 3)

Acerca dos deveres éticos, princípios, valores institucionais e regras de conduta aplicáveis na Defensoria Pública do Estado da Bahia, de acordo com o disposto na Resolução nº 06, de 11 de março de 2025, que instituiu o Código de Ética da Defensoria Pública do Estado da Bahia, analise as assertivas a seguir e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas.

- () O Código de Ética da Defensoria Pública do Estado da Bahia foi elaborado e editado pela Corregedoria-Geral, com fundamento nas críticas, sugestões e manifestações encaminhadas pela Ouvidoria-Geral.
- () O Código de Ética da Defensoria Pública do Estado da Bahia contém normas de observância facultativa, cujos preceitos deverão ser observados apenas pelos membros e servidores efetivos da Instituição, não se aplicando aos estagiários, ao Ouvidor-Geral ou a colaboradores que não integrem os quadros permanentes da Defensoria Pública.
- () O Código de Ética da Defensoria Pública do Estado da Bahia contém preceitos que devem ser observados pelos membros, servidores e estagiários da Instituição, não se aplicando ao Ouvidor-Geral, por representar a sociedade civil no âmbito da Defensoria Pública e exercer suas atribuições com independência em relação às normas éticas internas da Instituição.
- () O presente Código de Ética é instrumento de realização dos princípios e normas de conduta da Defensoria Pública do Estado da Bahia aplicado aos seus membros, servidores, estagiários e ouvidor geral, bem como àqueles que, por força de lei, convênios ou contrato, prestem serviço de natureza permanente, temporária ou excepcional, direta ou indiretamente, à Instituição.
- () O exercício das funções da Defensoria Pública exige dos integrantes da Instituição essencial à justiça, conduta compatível no exercício do cargo com os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, efetividade, indisponibilidade e supremacia do interesse público e com os demais preceitos previstos na Constituição da República, das leis orgânicas federal e estadual, normas regulamentares internas e a presente regulamentação.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

- A) V V F V V
- B) V F V V F
- C) F V V F F
- D) F F F V V
- E) F V V V F

Questão 38 (Peso 3)

Sobre as funções essenciais da Defensoria Pública previstas na Lei Orgânica e o Estatuto da Defensoria Pública do Estado da Bahia, Lei Complementar nº 26, de 28 de junho de 2006, e suas alterações posteriores, analise as assertivas e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas.

- () As funções institucionais da Defensoria Pública não podem vir a ser exercidas contra pessoas jurídicas de direito público.
- () Em caso de colidência de interesses entre necessitados, a Defensoria Pública atuará em favor de todos os interessados, através de Defensores Públicos distintos, quando o quadro de carreira assim o permitir.
- () A Defensoria Pública sempre deverá tentar previamente obter a resolução extrajudicial dos conflitos, exceto nos casos de urgência, assim definida em Resolução do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado da Bahia.
- () As funções institucionais da Defensoria Pública não podem ser exercidas em face de pessoas jurídicas de direito público pertencentes ao mesmo ente federativo ao qual a instituição esteja vinculada, em razão da limitação expressa decorrente da autonomia administrativa e da unidade orçamentária existentes no respectivo Estado-membro.
- () As funções institucionais da Defensoria Pública não podem ser exercidas em face de pessoas jurídicas de direito público pertencentes ao mesmo ente federativo ao qual a instituição esteja vinculada, em razão de limitação expressa decorrente da autonomia administrativa e da unidade orçamentária do respectivo Estado-membro, restrição que não se aplica às Defensorias Públicas dos Municípios.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

- A) F V F V V
- B) F V V F F
- C) F F V V F
- D) F V V V F
- E) V F F F V

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
PROCESSO SELETIVO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA
EDITAL N° 295/2026

Questão 39 (Peso 3)

Acerca dos objetivos institucionais da Defensoria Pública, de acordo com as disposições da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, e suas alterações posteriores, que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e estabelece normas gerais para sua organização nos Estados, analise as opções a seguir e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas.

- A afirmação do Estado Democrático de Direito.
- A prevalência e efetividade dos direitos humanos.
- A garantia dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.
- Prestar orientação jurídica e exercer a defesa dos necessitados, em todos os graus.
- A primazia da dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

- A) F V V F V
- B) F V F F F
- C) V V V F V
- D) V F V F V
- E) V V V V V

Questão 40 (Peso 3)

Considerando as finalidades do Código de Ética da Defensoria Pública, de acordo com a Resolução nº 06, de 11 de março de 2025, examine as opções a seguir e identifique com **V** as verdadeiras e com **F** as falsas.

- Preservar a imagem e a reputação da Defensoria Pública.
- Contribuir para o aperfeiçoamento dos padrões éticos da instituição.
- Atuar na prevenção de condutas atentatórias à ética, no âmbito da Instituição.
- Não negligenciar os interesses da Instituição em benefício de qualquer outra atividade, ainda que não vedada expressamente por lei ou regimento da corregedoria.
- Assegurar que a atuação da Defensoria Pública seja pautada prioritariamente pela produtividade e pela eficiência administrativa, presumindo-se que tais valores, por si sós, sejam suficientes para garantir a observância dos padrões éticos institucionais, independentemente da adoção de regras específicas de conduta pelos membros, servidores e colaboradores da Instituição.

A alternativa que contém a sequência correta, de cima para baixo, é

- A) F V F V V
- B) F V V F F
- C) F F V V F
- D) V F F F V
- E) V V V F F

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
PROCESSO SELETIVO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA
EDITAL N° 295/2026

ORIENTAÇÕES SOBRE A QUESTÃO DISCURSIVA

- 1** O **Caderno de Resposta da Questão Discursiva** é identificado na capa, na área destacável, com o seu nº de inscrição e seus dados pessoais. Conferi-los é de sua inteira responsabilidade.
- 2** Assine o Caderno de Resposta da Questão Discursiva, exclusivamente, no local designado para essa finalidade na área destacável localizada na capa.
- 3** O **Caderno de Resposta da Questão Discursiva** EM NENHUMA HIPÓTESE SERÁ SUBSTITUÍDO.
- 4** Desenvolva a resposta da questão discursiva nesse Caderno de Questões, no espaço reservado ao Rascunho e, depois, transcreva-a na área pautada do **Caderno de Resposta da Questão Discursiva**, usando caneta esferográfica de tinta **azul-escuro** ou **preta**.
- 5** Preferencialmente, não utilize letra de fôrma. Caso o faça, destaque as iniciais maiúsculas.
- 6** Não será considerado o texto escrito fora dos limites de linhas estabelecido na questão.
- 7** **A Questão Discursiva será avaliada com base nos seguintes critérios:**

Conteúdo (9,0 pontos)	Forma (1,0 ponto)
Abordagem técnica do tema	Elementos de abertura e fechamento
Coerência dos argumentos	Alinhamento
Adequação do vocabulário	Recuo
Emprego da linguagem técnica	Espaçamento

8 A Questão Discursiva deve:

- a) conter os elementos de abertura e fechamento;
- b) respeitar alinhamento, recuo e espaçamento;
- c) empregar linguagem clara e de acordo com o padrão normativo da língua portuguesa;
- d) ser escrita com letra legível;
- e) ser escrita com caneta esferográfica com tinta azul ou preta;
- f) estar escrita na área pautada do **Caderno de Resposta da Questão Discursiva**.

9 Será atribuída nota zero à Questão Discursiva que:

- a) estiver em branco;
- b) de qualquer forma possa ser identificada na folha pautada destinada à resposta;
- c) não aborde o tema proposto;
- d) não obedeça a quantidade mínima de linhas estabelecida na questão;
- e) estiver escrita a lápis;
- f) esteja ilegível;
- g) for apresentada em versos;
- h) estiver escrita em língua diversa à Língua Portuguesa;
- i) não atender às disposições contidas nas orientações para a questão discursiva constante no caderno de questões.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
PROCESSO SELETIVO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA
EDITAL N° 295/2026

QUESTÃO DISCURSIVA (PESO 2)

Leia o caso, apresentado no texto 2, para responder à questão discursiva.

Texto 2

José Cardoso, de 19 anos de idade, e Jhonathan Messias, de 30 anos, combinaram a subtração de bens pertencentes a turistas que circulavam pelo bairro da Barra, em Salvador/BA. No dia 20 de janeiro de 2026, avistaram um turista estrangeiro portando uma câmera fotográfica profissional, um aparelho celular iPhone 17 e um relógio Rolex. Após breve ajuste de vontades, decidiram que um deles subtrairia a câmera e o telefone celular, enquanto o outro se encarregaria de retirar o relógio da vítima.

No momento da execução do plano, contudo, Jhonathan, sem qualquer aviso prévio a José, sacou uma arma de fogo que trazia consigo. A existência da arma era totalmente desconhecida por José. Alegando posteriormente ter se assustado com a aproximação da vítima em razão de sua compleição física, Jhonathan efetuou um disparo que atingiu o lado esquerdo do tórax do turista, causando-lhe morte instantânea. Em seguida, apoderou-se da câmera fotográfica, do aparelho celular e do relógio, evadindo-se do local. José permaneceu na cena dos fatos, visivelmente atônito e sem qualquer reação diante do disparo efetuado por seu comparsa.

Acionada, a Polícia Militar realizou a prisão em flagrante de José ainda nas proximidades do local. Em seu interrogatório perante a autoridade policial, José confessou sua participação no plano de subtração patrimonial, afirmando, contudo, que sua intenção se restringia à prática de furto e que desconhecia completamente a existência da arma de fogo utilizada por Jhonathan. Informou, ainda, o provável local onde o corrêu poderia ser encontrado.

Com base nessas informações, a autoridade policial realizou diligências que culminaram na prisão de Jhonathan. Em seu interrogatório, este confirmou integralmente a versão apresentada por José, reconhecendo que a utilização da arma de fogo foi decisão exclusivamente sua e que o comparsa não tinha conhecimento prévio de sua existência nem da intenção de empregá-la.

Encerrado o inquérito policial, o Ministério Público ofereceu denúncia em face de ambos os acusados. Jhonathan constituiu advogado particular, enquanto José passou a ser assistido pela Defensoria Pública. Durante a instrução criminal, ao ser interrogado em juízo, José reafirmou integralmente as declarações prestadas no inquérito policial, reiterando que havia ajustado apenas a prática de furto, que desconhecia a existência da arma de fogo e que jamais anuiu ou contribuiu para a prática do delito cometido por Jhonathan. Por sua vez, o corrêu também manteve a versão anteriormente apresentada, confirmando que a decisão de utilizar a arma e efetuar o disparo partiu exclusivamente dele. Toda a prova oral e documental foi regularmente produzida em juízo sob o crivo do contraditório e da ampla defesa.

Encerrada a fase instrutória, não foram requeridas diligências complementares nem pelo Ministério Público nem pelas defesas. Na sequência, o Ministério Público peticionou nos autos sustentando a procedência da denúncia para condenar ambos os acusados pela prática do crime de latrocínio consumado. Em seguida, o magistrado determinou a remessa dos autos à Defensoria Pública para manifestação.

O Defensor Público responsável pelo acompanhamento do caso solicitou que você, na qualidade de residente jurídico da Defensoria Pública, elaborasse a minuta da medida processual cabível nos autos do processo. Diante dos fatos narrados, **elabore a peça processual adequada, com o mínimo de 20 (vinte) e o máximo de 60 (sessenta) linhas**, de forma objetiva e fundamentada, indicando:

- a) a medida processual pertinente e seus fundamentos jurídicos;
- b) os pedidos cabíveis;
- c) os demais requisitos exigidos pela legislação processual aplicável.

Atenção!

Não se trata de respostas a perguntas, mas da produção de uma peça processual, considerando a formalidade no que tange ao conteúdo e à forma. Qualquer tipo de identificação do candidato implicará em atribuição de nota zero à questão discursiva.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
PROCESSO SELETIVO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA
EDITAL Nº 295/2026

RASCUNHO DA QUESTÃO DISCURSIVA

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
PROCESSO SELETIVO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA
EDITAL Nº 295/2026

31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60